



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
GABINETE

**REPRESENTAÇÃO Nº 01/2015 – SEFIPE**

**Assunto:** Manutença de vínculos com a Administração Pública de servidores que praticaram infrações puníveis com demissão, exclusão e destituição de cargo em comissão.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Trata a presente Representação de trabalho desenvolvido no âmbito da Divisão de Fiscalização de Pessoal desta SEFIPE, consistente no cruzamento de informações constantes das bases de dados dos sistemas de gestão de pessoas, SIGRH e SIAPE/DF com aquelas disponíveis nos Cadastros de Expulsões das Administrações Federal e Distrital – CEAD e CEAF, sendo detectado que servidores punidos com demissão ou destituição, inclusive por improbidade administrativa, mantêm vínculos com a Administração Pública, o que enseja averiguações por parte do controle externo acerca de possível desconformidade na manutenção desses vínculos com o serviço público em face dos normativos legais vigentes.

2. A referida documentação anexa demonstra que diversos servidores, detentores de matrículas distintas ou não, cometeram contra a Administração Pública infrações graves, punidas com demissão o que, por conseguinte, poderia torná-los impedidos de exercer cargo público, conforme preconiza a Lei Complementar nº 840/11, que dispôs sobre o novel regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais, *in verbis*:

Art. 202. A demissão é a sanção pelas infrações disciplinares graves, pela qual se impõe ao servidor efetivo a perda do cargo público por ele ocupado, podendo ser cominada com **o impedimento de nova investidura em cargo público**.

(...)

Art. 206. A demissão, a cassação de aposentadoria ou disponibilidade ou a destituição de cargo em comissão, motivada por infração disciplinar grave do grupo II, **implica a incompatibilização para nova investidura em cargo público do Distrito Federal pelo prazo de dez anos**, sem prejuízo de ação cível ou penal e das demais medidas administrativas.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
GABINETE

3. As infrações disciplinares graves do grupo II, a que se refere o art. 206 da LC nº 840/11, constam do art. 194 do mesmo diploma legal:

Art. 194. São infrações graves do grupo II:

I – praticar, dolosamente, ato definido em lei como:

a) crime contra a administração pública;

b) improbidade administrativa;

II – usar conhecimentos e informações adquiridos no exercício de suas atribuições para violar ou tornar vulnerável a segurança, os sistemas de informática, sites ou qualquer outra rotina ou equipamento da repartição;

III – exigir, solicitar, receber ou aceitar propina, gratificação, comissão, presente ou auferir vantagem indevida de qualquer espécie e sob qualquer pretexto.

IV – valer-se do cargo para obter proveito indevido para si ou para outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

V – utilizar-se de documento sabidamente falso para prova de fato ou circunstância que crie direito ou extinga obrigação perante a administração pública distrital.

4. Nesse contexto, tendo em conta que os servidores destacados na referida documentação estão sujeitos aos dispositivos da LC nº 840/11, bem como submetidos à Lei nº 8.429/92<sup>1</sup>, que dispõe sobre as penalidades aplicáveis aos atos de improbidade administrativa, conclui-se pela necessidade de estudos especiais acerca do tema, bem como, se necessário for, de instauração de procedimento fiscalizatório específico para que melhor sejam averiguadas por parte desta SEFIPE as situações constantes do trabalho preliminar desenvolvido pela Divisão de Fiscalização de Pessoal, no intuito de possibilitar juízo acerca de possíveis irregularidades na manutenção de vínculo com a Administração Pública, seja Federal ou Distrital, desses servidores apenados com demissão, exclusão à bem da disciplina, cassação de aposentadoria ou destituição de cargo em comissão.

Pelo exposto, encaminha-se a Vossa Senhoria, nos termos do art. 100, inciso VI<sup>2</sup>, da Resolução TCDF nº 273/14, solicitando seja acolhido e encaminhado o presente feito à elevada consideração da Presidência desta Corte de Contas, sugerindo ao e. Plenário:

---

1 Art. 1º Os atos de improbidade praticados por **qualquer agente público**, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do **Distrito Federal**, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

2 Art. 100. Cabe aos Secretários de Controle Externo: (...) VI – representar ao Secretário-Geral de Controle Externo sobre omissões na remessa de dados e informações, dentro dos prazos estipulados, bem como sobre quaisquer irregularidades ou ilegalidades de que tiver conhecimento em razão de suas atividades;



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL  
GABINETE

- I. tomar conhecimento da presente Representação, bem como da documentação que a acompanha, determinando seu processamento em autos específicos;
- II. autorizar:
  - a) a realização, pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal:
    - a.1) de estudos especiais acerca do tema, no intuito de averiguar, em face dos normativos legais vigentes, a possibilidade de manutenção de vínculo com a Administração Pública de servidores excluídos do serviço público;
    - a.2) de inspeção, se necessário for, nos órgãos distritais envolvidos;
  - b) o retorno do feito à SEFIPE para os devidos fins.

À superior consideração.

Brasília, 03 de julho de 2015.

**Sebastião Cal de Miranda**  
Secretário de Fiscalização de Pessoal

De acordo.

À elevada consideração da ínclita Presidência.

**Emílio Vinhadelli Papadópolis**  
Secretário-Geral de Controle Externo - Substituto

## ANEXO

## Batimento SIGRH e SIAPE/DF com o Cadastro de Expulsões da Administração Federal (CEAF)

	CPF	Matrícula	Nome	Admissão	Penalidade CEAF		
					Tipo	Data	Motivo
SIAPE/DF	55786898172	1396991	JOSILEI ALBINO GONCALVES DE FREITAS Não foi possível verificar em qual dispositivo ele foi enquadrado. Tenente-coronel da reserva remunerada na PMDF.	7/3/1991	DESTITUIÇÃO	23/4/2013	8112-135 - A DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO EXERCIDO POR NÃO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO SERÁ APLICADA NOS CASOS DE INFRAÇÃO SUJEITA ÀS PENALIDADES DE SUSPENSÃO E DE DEMISSÃO
	95661727372	1461505	MACIEL DOS SANTOS RODRIGUES Perito médico-legista na PCDF (ativo).	20/10/2009	DEMISSÃO	30/3/2011	8112-116-I - EXERCER COM ZELO E DEDICAÇÃO AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO 8112-116-II - SER LEAL ÀS INSTITUIÇÕES A QUE SERVIR 8112-116-III - OBSERVAR AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES 8112-132-IV - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	36918369172	1399869	SERGIO JOSE BEZERRA Coronel do CBMDF (ativo).	24/1/1988	DESTITUIÇÃO	4/6/2013	8112-116-I - EXERCER COM ZELO E DEDICAÇÃO AS ATRIBUIÇÕES DO CARGO 8112-116-III - OBSERVAR AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES 8112-132-X - LESÃO AOS COFRES PÚBLICOS E DILAPIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO NACIONAL 8112-135 - A DESTITUIÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO EXERCIDO POR NÃO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO SERÁ APLICADA NOS CASOS DE INFRAÇÃO SUJEITA ÀS PENALIDADES DE SUSPENSÃO E DE DEMISSÃO
SIGRH	29284422191	16573080	DOUGLAS FALCAO HABIBE Assessor Especial na Casa Civil	6/3/2013	DEMISSÃO	21/6/2004	8112-132-IV - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
	82592004815	01839780	FRANCISCO MACIEL BARBOSA Técnico em Planejamento e Gestão Urbana e Regional no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal	13/11/2009	DESTITUIÇÃO	4/1/2007	8112-117-IX - VALER-SE DO CARGO PARA LOGRAR PROVEITO PESSOAL OU DE OUTREM, EM DETRIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA 8112-117-XVI - UTILIZAR PESSOAL OU RECURSOS MATERIAIS DA REPARTIÇÃO EM SERVIÇOS OU ATIVIDADES PARTICULARES
	37731572234	02205467	JOAO BENEILSON MAIA GATINHO Professor de Educação Básica na SEDF	16/7/2012	DEMISSÃO	17/3/2011	8112-132-I - CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
	32483856187	16566904	JOAO FREITAS LOUSEIRO Gerente da Adm. Regional do Varjão	9/11/2012	DEMISSÃO	24/11/2008	8112-117-IX - VALER-SE DO CARGO PARA LOGRAR PROVEITO PESSOAL OU DE OUTREM, EM DETRIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA
	11959134191	0118654X	MARCIO SILVA BARBOSA Enfermeiro na SESDF	11/2/1982	DEMISSÃO	15/12/2006	8112-117-IX - VALER-SE DO CARGO PARA LOGRAR PROVEITO PESSOAL OU DE OUTREM, EM DETRIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA 8429-10-C - CAPUT - CONSTITUIÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSA LESÃO AO ERÁRIO QUALQUER AÇÃO OU OMISSÃO, DOLOSA OU CULPOSA, QUE ENSEJE PERDA PATRIMONIAL, DESVIO, APROPRIAÇÃO, MALBARATAMENTO OU DILAPIDAÇÃO DOS BENS OU HAVERES DAS ENTIDADES REFERIDAS NO ART. 1º DESTA LEI.
	25158163391	01475207	VERA LUCIA DE ARAUJO COSTA Enfermeiro na SESDF	31/10/2003	DEMISSÃO	12/6/2009	8112-117-IX - VALER-SE DO CARGO PARA LOGRAR PROVEITO PESSOAL OU DE OUTREM, EM DETRIMENTO DA DIGNIDADE DA FUNÇÃO PÚBLICA

## Batimento SIGRH e SIAPE/DF com o Cadastro de Expulsões da Administração Distrital (CEAD)

CPF	NOME	MATRICULA BATIMENTO	MESMA MATRICULA	PUNIÇÃO	EMPRESA	MATRICUL A	ADMISSA O	R\$ 11/2013 (SIGRH)	STATUS
35142910125	JOSE LINEU DE FREITAS JUNIOR Foi demitido em 27/02/2003 e, de acordo com a LC nº 840/2011, só poderia retornar ao serviço público depois de 10 anos.	477249	Não	Art. 43, inciso VIII, art. 48, inciso I, ambos da Lei nº 4.878/65, art. 132, inciso IV, da Lei nº 8.112/90 c/c art. 11, caput, da Lei nº 8.429/92.	046 - SECriança	2218291	4012013	R\$ 3.405,71	2 - NORMAL
53893808191	EDILENE DE PAULA CUNHA Não poderia retornar ao serviço público ao menos por 10 anos a partir da sanção (27/10/2005), conforme a LC nº 840/2011.	350664	Não	artigo 132, inciso X, (primeira parte) e inciso XIII, 132, c/c inciso X, do artigo 117, todos da Lei 8.112/90	802 - SEDF (contrato temporário)	60056371	6032013	R\$ 4.139,64	2 - NORMAL
61335347100	SIMONE DA SILVA DOURADO COSTA Não poderia retornar ao serviço público ao menos por 10 anos a partir da sanção (15/07/2009), conforme a LC nº 840/2011.	0038769X	Não	Artigos 132, X e 116, II e IX, ambos da Lei nº 8.112/90.	802 - SEDF (contrato temporário)	60067152	17042013	R\$ 2.615,46	2 - NORMAL
85625809100	SIMONE ROSA DE SOUZA CAMARGO Consta no SICOP pedido de reconsideração.	1564188	Sim	art. 482, "a", da Consolidação das Leis do Trabalho, e nos incisos IV e V, do art. 194, e art. 202, ambos da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011.	552 - SESDF	1564188	9072007	R\$ 3.058,75	2 - NORMAL
76003442115	HELENO GUTENBERG DE ALBUQUERQUE FREITAS Teve pedido de reconsideração negado (DODF de 17/10/2013, Seção 2, p. 129).	281875	Sim	incisos IX, do art. 117 e XIII, do art. 132, ambos da Lei nº 8.112/90.	652 - SEDF	281875	22031996	R\$ 6.483,12	2 - NORMAL
3357732149	ACHILLES DE SANTANA Destituído em 2011. Aposentou-se em 1997.	717762	Não	Artigo 127, inciso V, combinado com os artigos 117, incisos IX e XV, 135, caput e parágrafo único, e 137, da Lei Federal nº 8.112/90.	990 - IPREV (vínculo com a SEFAZ/DF)	336815	14011993	R\$ 15.864,27	9 - APOSENTADO OU PENSIONISTA
15309231153	DOMINGOS ALVES MATOS Afastado (sem desligamento), mas sem receber remunerações. Ação judicial não localizada.	1350722	Sim	arts. 116, II, III, VII, IX e 117, II e inciso XIII, do art. 132, da Lei nº 8.112/90	552 - SESDF	1350722	31081994	R\$ 0,00	3 - AFASTADO
72144440115	ANTONIO VÍCTOR PAES DE VASCONCELOS Afastado (sem desligamento), mas sem receber remunerações. Ação judicial não localizada.	0173895X	Sim	art. 132, incisos VI e XIII, c/c art. 117, inciso XV, da Lei federal nº 8.112/1990.	552 - SESDF	0173895X	12012009	R\$ 0,00	3 - AFASTADO
24005070310	HORACIO FERREIRA DO REGO Ação judicial não localizada.	0026444X	Sim	art. 43, inciso XLVIII, c/c art. 48, inciso II, ambos da Lei federal nº 4.878/65, art. 132, incisos I e IV, da Lei federal nº 8.112/90, c/c art. 11, caput, da Lei federal nº 8.429/92.	311 - PCDF	0026444X	21111985	12473,03 (SIAPE)	9 - APOSENTADO OU PENSIONISTA
46781277120	SIMONE CARVALHO DA SILVA Não foi localizado o motivo da penalidade.	1599712	Não	art. 135, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	032 - CODHAB	4855	15032013	R\$ 6.960,00	2 - NORMAL
53833481153	ANDREIA CRISTINA VIEIRA GOMES Não foi localizado o motivo da penalidade.	1408038	Não	inciso XIII, do art. 132, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	552 - SESDF	1802135	6072009	R\$ 2.601,58	2 - NORMAL
9845445187	EDUARDO CALIXTO SAUBA Perdeu na 1ª e na 2ª instâncias do TJDF e não foi localizado processo no STJ.	1148907	Sim	inciso II, do art. 132, da Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	552 - SESDF	1148907	30041980	R\$ 25.852,67	2 - NORMAL
76466094120	GILSON TEIXEIRA VASCONCELOS Não foi localizado processo no TJDF ou reintegração administrativa.	293512	Sim	artigo 132, II, c/c artigo 138 da Lei nº 8.112/90.	652 - SEDF	293512	20051996	R\$ 4.183,98	3 - AFASTADO
29671299172	JUPIRA MARTINS DE OLIVEIRA Teve os pedidos de tutela antecipada/eliminar indeferidos em 1ª e 2ª instâncias no TJDF.	627135	Sim	inciso II, do art. 132, da Lei nº 8.112/90.	652 - SEDF	627135	28041986	R\$ 9.667,44	2 - NORMAL